

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **RV2 SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A. (“Companhia”)** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da **Companhia** referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório da Auditoria Independente;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

ANTÔNIO RENÊ FÊLIX DE MELO FILHO
Diretora Comercial de Produtos

LUAN DA SILVA
Contador CRC MG-1254554/O

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **RV2 SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A. (“Companhia”)** relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 6 de abril de 2023, conforme Ofício 8721/2023-BCB/Deorf/GTREC, publicado no DOU, edição 67, seção 3, página 167, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará e constituição do CNPJ em 26/10/2023, e encontra-se em fase de implementação de sistemas e estruturas para seu efetivo funcionamento.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
RV2 SOCIEDADE DE EMPRESTIMOS ENTRE PESSOAS S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **RV2 SOCIEDADE DE EMPRESTIMOS ENTRE PESSOAS S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 06 de abril de 2023 (autorizado pelo Banco Central do Brasil) a 31 de dezembro de 2023, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **RV2 SOCIEDADE DE EMPRESTIMOS ENTRE PESSOAS S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 06 de abril de 2023 (autorizado pelo Banco Central do Brasil) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2024.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Valores em R\$ mil

ATIVO	dez/2023	dez/2022
ATIVO	3.947	0
CIRCULANTE	3.947	0
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	3.947	0
Livres	3.947	0
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.947	0
PASSIVO	3.947	0
CIRCULANTE	558	0
Obrigações Sociais e Estatutárias	129	0
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	306	0
Outros Credores	123	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.389	0
Capital Social	3.000	0
Reservas de Lucros	389	0

Demonstração de Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	922	0	922
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	922	0	922
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	0	0	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	922	0	922
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(101)	0	(101)
Outras despesas administrativas	(58)	0	(58)
Despesas tributárias	(43)	0	(43)
RESULTADO OPERACIONAL	821	0	821
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	821	0	821
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(303)	0	(303)
Imposto de Renda	(187)	0	(187)
Contribuição Social	(116)	0	(116)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	518	0	518
Lucro/(Prejuízo) por ação - 3.000.000	0,1728	0,0000	0,1728

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A**Demonstração do Resultado Abrangente**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
Resultado Líquido do Período	518	0	518
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0	0
Resultado Abrangente do Período	518	0	518

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Valores em R\$ mil

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 26 de outubro de 2023	0	0	0	0
Capital inicial integralizado	3.000	0	0	3.000
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	518	518
Destinações:				
Reserva Legal	0	26	(26)	0
Reserva Estatutária	0	363	(363)	0
Juros sobre o Capital Próprio	0	0	(49)	(49)
Dividendos	0	0	(80)	(80)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.000	389	0	3.389
Saldos em 31 de dezembro de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A**Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

Valores em R\$ mil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	518	0	518
(-) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	(129)	0	(129)
Lucro Líquido Ajustado	389	0	389
Variações nos Ativos e Passivos			
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(3.947)	0	(3.947)
Aumento/(Redução) de Outros Crédores	123	0	123
Aumento/(Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	129	0	129
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	306	0	306
	(3.389)	0	(3.389)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(3.000)	0	(3.000)
Caixa líquido gerado pelas atividade operacionais	(3.000)	0	(3.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	3.000	0	3.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.000	0	3.000
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	0	0	0
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades			
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	0	0	0
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	0	0	0
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	0	0	0

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre a Companhia

A **RV2 SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** ("**Companhia**"), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 6 de abril de 2023, conforme Ofício 8721/2023-BCB/Deorf/GTREC, publicado no DOU, edição 67, seção 3, página 167, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará e constituição do CNPJ em 26/10/2023, e encontra-se em fase de implementação de sistemas e estruturas para seu efetivo funcionamento.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da IN BCB 236/2022.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 01 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir:

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

2.3 Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A

capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

2.4 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

2.5 Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada exercício e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

2.6 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

2.7 Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

3. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

4. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados

<u>Descrição</u>	<u>Categoria</u>	<u>dez/2023</u>	<u>dez/2022</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados			
Livres			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Negociáveis competitivos	3.947	0

5. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da **Companhia** é de 3.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizados por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

6. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito: A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

RV2 SOCIEDADE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A

7. Imposto de Renda e Contribuição Social:

Descrição	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição soical	821	0	821
(-) Exclusões			
Juros sobre o Capital Próprio	(49)	0	(49)
Lucro Real	772	0	772
Imposto de Renda - alíquota de 15%	(116)	0	(116)
Imposto de Renda - alíquota adicional de 10%	(71)	0	(71)
Total do Imposto de Renda	(187)	0	(187)
Contribuição Social - alíquota de 15%	(116)	0	(116)
Total da Contribuição Social	(116)	0	(116)

8. Despesas:

Outras Despesas Administrativas	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
Despesas de Processamento de Dados	24	0	24
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	34	0	34
Total	58	0	58

Despesas Tributárias	dez/2023	dez/2022	2ºSEM2023
Cofins	37	0	37
PIS	6	0	6
Total	43	0	43